



HISTÓRIA, ORALIDADE E MEMÓRIA: DEPOIMENTOS EM TEMPOS PÓS-TRAUMÁTICOS

SILVA, Ligia Lins

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social
ligialins.rj@hotmail.com*

54

RESUMO

O regime civil-militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964, deixou uma série de marcas no bojo da sociedade. Considerando que as práticas de violação aos Direitos Humanos cometidas no período devem ser entendidas como parte de uma ação sistemática do Estado. Que caminhos se pode traçar pelo não esquecimento dessas e de tantas outras Histórias traumáticas? Se é impossível representar um trauma, é possível elaborá-lo para que se transmute em potente ferramenta de transformação social. No presente artigo apresentaremos dois estudos de caso em que a História Oral pode ser trabalhada enquanto elemento de sensibilização, importante instrumento para que as gerações que não viveram diretamente o contexto, possam se espelhar e questionar suas próprias continuidades.

Palavras chaves: Memória. História Oral. Ditadura Militar.

ABSTRACT

The Civil-Military Regime which was instituted in Brazil in 1964 left a series of marks in society's core. Considering the proceedings that violated Human Rights were committed in this period, they should be considered as part of a systematic action from the State. Which ways can be set for the non-forgetting of these and many others traumatic Histories? If it is impossible to represent a trauma, it is possible to elaborate it in a manner that it becomes a powerful social transformation tool. In the present article, we are going to present two focal studies in which the Oral History can be worked as an awareness element, as an important instrument so generations that didn't live this context directly can identify themselves and question their own continuity.

Key-words: Memory. Oral History. Military Dictatorship.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A História enquanto a “ciência dos homens no tempo” (Bloch, 1941), enquanto construção humana, não pode deixar de se submeter as mais diversas interpretações. Sua relação com a Memória é tão estreita, que por vezes se confundem, não sendo possível distinguir qual serve de referencial a outra.

Entendemos que tanto a Memória, como a História são co-dependentes. A primeira pode se estruturar de variadas formas: Institucionalmente (através de mecanismos estatais, como memoriais, museus, feriados, pela educação formal, etc.), ou oriunda da luta de



movimentos sociais, que representam demandas de segmentos específicos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, o movimento LGBT, grupos indígenas, etc.

As possíveis origens de uma memória são tantas, quanto são as memórias em si. Dessa forma nos parece necessário uma reinterpretação dos quadros sociais da memória que nos oferece Halbwachs (2006). Para ele dentro de um grupo as memórias são executadas em conjunto, o quadro que se forma, não apresenta uma disputa interna, ou seja, se articula um mecanismo que permite concessões entre as diferentes memórias, sem que isso produza embates.

Contudo do momento de formulação desses apontamentos até a contemporaneidade, o mundo se globalizou de tal maneira, que segmentos considerados coesos até então, como as nações, por exemplo, tiveram sua estrutura modificada, não podendo mais responder ao mesmo tipo de representação. Logo entender a memória através de um contexto de disputas se torna um cenário necessário, e a apropriação das teorias de Halbwachs aos dias de hoje requer essa carga de reinterpretações.

A História por sua vez, não está isenta desse panorama de conflitos, pois é ela que oficializa as memórias. Sua principal variação à memória social, se dá pela forma como é constituída, sendo escrita por membros específicos da sociedade, os historiadores, estes influenciados pelas memórias que julgam mais coerentes, criando assim diferentes perspectivas historiográficas para um mesmo tema.

Mas afinal, buscar entender quem influencia quem, nessa linha tênue entre Memória e História, seria a melhor maneira de enaltecer o tema?

O velho dilema de busca por origens se repete aqui em termos acadêmicos, porém para muito além de uma tentativa de esmiuçar essa questão, nos parece interessante entender como ela se dá através de um exemplo real, e é aí que apresentamos a problemática do regime civil-militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964. De acordo com ANSARA (2009 p. 12 - 13), as práticas de violação da última ditadura devem ser entendidas como parte de uma política que além de oficial, se manifestou de forma sistemática pelo Estado. Hoje apesar da não institucionalidade dessas ações, em muitos seguimentos sociais elas seguem presentes como prática por parte de agentes desse mesmo Estado. Podemos concluir que a não elaboração desse período pela sociedade, haja visto que não houve julgamentos para esses crimes, que de acordo com a ONU são considerados além de não passíveis de anistia, imprescritíveis, levou a impunidade dos tantos crimes de lesa-humanidade que acontecem na contemporaneidade.



Dando ênfase aos estudos que se utilizam da psicanálise como caminho de compreensão das ações de violência, entendemos a tortura não pelo eixo torturador-torturado, mas ao contrário, como esquema que engloba o Estado e a sociedade, passível de se estender no tempo e no espaço, produzindo marcas capazes de se transmitir por gerações. Dessa maneira a questão que chegamos foi a de como transformar essas narrativas oriundas do trauma, em elemento de inscrição social (KOLKER, 2010, p. 184), como base para a difusão no pensamento coletivo da bestialidade que tal conjuntura representa.

A História oral entra aí como potente ferramenta de luta pela humanização desse cenário. Se é impossível representar a situação traumática, é possível elaborá-la a ponto de que se transforme em eloquente discurso social.

Dominick La Capra (2005) compara o papel de quem recolhe entrevistas com sobreviventes de situações traumáticas para outros usos que não o acadêmico, como o cinema por exemplo, com a figura do historiador que se concentra na oralidade, pois para ele esses testemunhos servem como complemento para as fontes documentais. (p.105) O que questionamos nesse tipo de explanação é a mirada que cristaliza o documento como fonte de maior veracidade. Ainda que o autor não tire o valor dos depoimentos, os coloca em um papel secundário, de apoio. A gama documental a que temos acesso enquanto historiadores não foi elaborada no intuito de um dia servir a análise, da mesma forma essas narrativas recolhidas por outros, podem ser muito além de meros complementos. Porque não fontes diretas?

Le Goff compreende a História como a forma científica da Memória, tendo como elemento de ação na sociedade os documentos, entendidos aí como as escolhas do historiador. O que buscaremos ressaltar nesse trabalho é o quanto o documento tradicional trás de “verdade estampada em si”, e até que nível não se diferencia dos relatos orais, já que ambos necessitam amplo senso crítico para o encontro com os “não-ditos” presentes.

Esse caráter científico refere-se tanto a valorização das diferenças quanto das semelhanças. Ele é concebido ainda pela crítica aos documentos: “Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é falso, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo.” (Le Goff,1996, p110).



DEPOIMENTO/DOCUMENTO

Uma das maiores adversidades ao entramos no campo da História Oral é a dificuldade de se estabelecer um aporte que permita o exame adequado a esse tipo de fonte. Dori Laub (*apud* LaCapra ano, p. 106-107) psicanalista que realizou entrevistas com sobreviventes do Holocausto para um projeto da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, aponta a um depoimento específico que gerou bastante debate entre os profissionais envolvidos na empreitada. Tratava-se de uma mulher de quase setenta anos que ao narrar a sua experiência em Aushchowitz, trouxe em seu relato, um nível de intensidade e paixão na forma de se expressar que antes não apresentava, “(...) Estaba alli com todo su ser (...)”. A experiência foi de tal forma, que os que a escutavam sentiam como se vivessem aquele drama. Meses depois a equipe se reuniu e pontos incongruentes de sua explanação foram questionados, os historiadores indicavam partes que não se encaixavam com a realidade, como o número de chaminés que explodiram, sendo na verdade apenas uma, contrariando as quatro que foram descritas. A inquietação que esse panorama gerou, é que já que não se podia confiar inteiramente nas lembranças ali apresentadas, seria possível dar crédito ao resto de seu relato?

Laub continua, destacando a fala de outro psicanalista que integrava o grupo, ele aponta que o testemunho da mulher, não é sobre as chaminés que estavam em Aushchowitz, mas sim sobre a realidade de uma situação inimaginável, a explosão de uma chaminé aí é tão absurda, como a de quatro, o que valoriza seu depoimento não são os números, ela fala de uma estrutura, um lugar que veio abaixo em certo momento, e isso é uma verdade histórica.

Obviamente entendemos as marcadas diferenças pelas quais se formulam a fonte testemunhal e os documentos escritos. A separação cronológica e em grande parte dos casos espacial, é apenas um exemplo desse distanciamento, contudo em especial ao nos depararmos com temas de caráter sensível a sociedade, parece se criar um abismo em que a confiabilidade dessas entrevistas é colocada a prova em uma espécie de tribunal moral, como se o objeto a ser estudado fosse desconectado do engajamento ético do pesquisador.

No caso Brasileiro nos encontramos imersos em um contexto de transição política muito marcada pela institucionalidade, que acaba por se subordinar a determinados grupos, exemplo disso são as sanções das forças armadas que impedem ainda a abertura dos arquivos. De acordo com Silvana Rubert (2014, p.192), os embates entre as diferentes memórias e desmemórias seguem presentes, e enquanto o Estado não se assumir como o produtor da



repressão a época, abrindo seus documentos mais importantes e revisando as leis que permitem a impunidade dos tantos crimes cometidos em nome da “obediência devida”, não será possível legar as novas gerações o que lhes pertence enquanto herança histórica: o conhecimento sobre o que aconteceu, nomes, dados, em suma um compêndio de memória, verdade e justiça.

Quando compreendemos a prática da tortura e dos assassinatos baseados na perseguição política e cravados pelo aval do governo, podemos concluir que a cada militante “desaparecido”, uma lógica de repressão se apregoava na subjetividade de qualquer possível intenção de manifestação contrária ao imposto pelo Estado. “Toda uma geração foi assassinada em sua capacidade de questionamento e reflexão” (RUPERT, 192). O legado político dessa época se firmou em uma noção de medo, que hoje é combatida pela ação de movimentos sociais que visam dar voz aos discursos que por décadas foram abafados. A partir desse viés propomos a História Oral como um possível meio através do qual o rigor acadêmico seja consonante com o compromisso de uma construção social democrática, na qual os apagamentos impostos possam ser revistos.

La importancia de los testimonios se hace más evidente cuando se piensa en que aportan algo que no es idéntico al conocimiento puramente documental. Los testimonios son importantes cuando se intenta comprender la experiencia y sus consecuencias, incluyendo el papel de la memoria y los olvidos en que se incurre a fin de acomodarse al pasado, negarlo o reprimirlo. (LaCapra, 2005, P. 105)

Quando La Capra trás a questão da carga afetiva inerente ao depoimento como um problema metodológico, parece ignorar a natureza de produção da documentação tradicional a que temos acesso enquanto pesquisadores, pois nenhum dos mesmos foi produzido no intuito de exalar neutralidade, ou está claramente isento de intenções, eles são resultantes das realidades as quais estiveram inseridos, sejam elas de cunho afetivo, político, etc. Dessa maneira não negamos a extrema cautela a que as fontes orais devam estar submetidas, apenas refletimos ao excesso de problematização a que as investigações que se baseiam no testemunho são bombardeadas, como se representassem um risco ao comprometimento ético, sendo que na verdade não se trata unicamente de uma busca incessante pela “verdade histórica”, mas como afirma ROVAI (2013) uma verdade da memória, ou nesse caso especificamente do testemunho, que é sempre dinâmica, incompleta e presentificada.



ESTUDO DE CASO:

Destacamos abaixo dois relatos de militantes durante o período militar:

Fátima de Oliveira Setúbal, professora de História, da rede estadual do Rio de Janeiro, militante política durante a ditadura militar, foi presa duas vezes antes de completar dezenove anos. Nessas prisões foi vítima tanto de torturas psicológicas, como físicas. No ano de 2013 foi convidada a prestar um depoimento escrito a Comissão Estadual da Verdade sobre a Chacina de Quintino, na qual perdeu um de seus irmãos.

“(...) Eu tinha dezoito anos quando fui presa pela primeira vez, (...) conversando com o Dorneles da CEV- Rio, eu falei para ele que não conseguia (escrever) e estava buscando o motivo na análise. Ele que é da área jurídica sacou! Não sei porque, mas ele teve a sensibilidade de sacar. Aí ele disse assim: Não será por causa daquela tua primeira prisão, por causa daquele negócio de “escreve, escreve, escreve” aí eu vi... É pode ser...”¹

O “escreve, escreve, escreve” descrito por Fátima foi a imposição de que ela produzisse um documento em que além de incriminar colegas de militância, assegurasse que não sofria nenhum tipo de maus tratos por parte da equipe que a mantinha ali. Nesse trecho podemos comparar os dois tipos de fontes citadas aqui, o processo de elaboração de um testemunho carregado por inúmeros traços afetivos, o depoimento em si extraído de uma entrevista concedida para a pesquisa, e o procedimento envolvido para a confecção do manuscrito que se não tivesse sido contestado pela “autora” seguiria como referência.

Ana Bursztyń Miranda militante da Ação Libertadora Nacional, presa e torturada entre 1970 e 1974. Apenas em 2001 depois de muita insistência por parte de amigos, procurou o atendimento clínico do Grupo Tortura Nunca Mais. Ao longo dos anos teve que se submeter até mesmo a exames para provar a inexistência de um rim, perdido em consequência das torturas...

“(...) Cada um ainda com as suas marcas. Eu por exemplo... teve um médico militar chamado **Amílcar Lobo** que disse que eu tinha o útero retrovertido e nunca ia poder ter filhos, então isso era um objetivo na minha vida, tanto que eu tive um atrás do outro...O primeiro tinha 9 meses quando eu engravidei de novo(...) por anos eu conseguia esconder debaixo do tapete, eu tinha urticárias todos os dias desde de 2000, e em outras épocas também. Meu marido foi fazer doutorado fora em 84, aí nos preparamos para ir, eu fui com os meninos, eu não consegui visto... Obvio nunca me deram porque pedia

¹ Entrevista concedida no dia 07/04/2014



atestado de antecedentes, então eu entrei como turista e isso me deu diversos trabalhos, montes de problemas lá, os meninos que entraram comigo também ficaram por algum tempo ilegais... Eu tive uma depressão muito grande, foi como voltar de novo a clandestinidade, uma amiga lá quase me carregou para o analista(...)”²

No caso do depoimento de Ana, se pode destacar a necessidade por apontar o nome de um torturador específico. A chance de relatar essas memórias é a oportunidade de lembrar coletivamente e responsabilizar individualmente, assegurando, como afirmam os grupos tortura nunca mais e Coletivo-RJ ambos com a presença de Ana marcada em suas Histórias, “que não se pode virar uma página que ainda não foi lida”.

Os dois fragmentos nos fazem refletir sobre como situações traumáticas podem reverberar por diferentes meandros, um processo que se desenvolve por uma estrutura rígida em que “*el pasado se vuelve a vivir sin control, todo ocurre como si no hubiera diferencia entre el pasado y el presente*”. (LaCapra, 2005, P. 108)

O corpo também pode funcionar como um meio em si, (de memória) na medida que os processos psíquicos e mentais de recordação são ancorados de maneira tanto somática, como neuronal. (...) estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente: pode ser vista tanto como indício de autenticidade, quanto como motor de falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência falamos de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência como uma experiência encapsulada corporalmente que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora. (ASSMANN, 2011 p. 25)

Uma memória que vai se descongelando é descrita por Assmann, como exemplo de que algum tipo de botão pode acionar toda uma cadeia de memórias. “(...) à medida que descongela começa a desprender um aroma leve (...)” (ASSMANN, 2011 p. 181). Hegel com o seu “Poço do esquecimento”, elucida esse cenário onde lembranças inacessíveis temporariamente, podem ser recuperadas. (ASSMANN, 2011 p. 181) Dito de outra forma a memória precisa do esquecimento, e esse processo de olvido se dá por diferentes mecanismos, se transmutando novamente em lembrança ainda que nem sempre de forma clara, produzindo assim algum sinal somático - o indivíduo ou o social- passa a cobrar então a elaboração dessa memória.

² Entrevista concedida no dia 10/04/2014



O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona (...) Quando o medo não é reprimido, quando nós permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá(...) (ADORNO, 1995, p.119-138)

Como então valorizar esses relatos a ponto de inscrevê-los na sociedade? O uso e difusão da História oral é um caminho possível, em que valorizamos as narrativas em sua íntegra, produzindo inclusive uma lógica de sensibilização, mecanismo importante para que determinadas memórias sejam apreendidas por quem não as viveu de maneira direta, mas precisa lidar com as suas conseqüências no contemporâneo.

Hablamos del cuerpo social como dañado por el terrorismo de estado. La metáfora no es fortuita. La referencia al cuerpo señala el núcleo de la identidad, concebida en su aspecto colectivo, alude a un nosotros unitario, que reconoce una estructura de relaciones interna, y una piel común. En ese sentido la traumatización de una parte hace al todo; el desgarró, la agresión, la fractura pone en crisis a la totalidad. Del mismo modo que la recomposición elaborativa restituye el cuerpo grupal y social como un todo. (KORDON, EDELMAN, 2007, p.60)

Trazendo os apontamentos de Aleida Assmann, Diana Kordon e Lucila Edelman para uma analogia do corpo social, o somático pode ser visto como as marcas que carregamos dessas memórias não elaboradas, e a afecção da mesma forma que no indivíduo, pode representar uma manipulação consciente ou não dos fatos, ou uma veracidade imanente, cabe ao pesquisador aprofundar a sua análise, para que essas memórias que foram cortadas da consciência por caminhos ainda a serem esclarecidos, voltem a fazer sentido, “(...)memória histórica para percibir precisamente todo aquello que há bloqueado oprimido, aplastado a nuestro pueblo”. (MARTIN-BARÓ apud ANSARA, 2009 p.32)

Adquirir consciência da própria memória histórica, é assumir a responsabilidade sobre a realidade em que se está inserido, fugindo dos fatalismos que acomodam o indivíduo no viés de passivo ao que sucede em seu entorno. Regimes ditatoriais, como os que assolaram a América Latina, ou mesmo o III Reich, tiveram como prerrogativa de aceitação popular, a resolução dos problemas em que aquele grupo supostamente estaria acometido. Se assumirmos as rédeas do que almejamos enquanto transformação social, seremos capazes de rechaçar os agentes que emanam idéias de opressão e violência na sociedade, abrindo o leque para novas possibilidades de futuro.



Dentro da trajetória aqui apresentada, a indagação que chegamos, foi a de como fazer com que memórias desse tempo traumático, fossem além da superficialidade, e gerassem ações efetivas no mundo real? (MORAES, p.98, 2011). Como basear a criação, partindo do caráter indizível de algumas experiências? Benjamin (1994) já enunciava o desafio de uma narrativa, ela não impõe um contexto psicológico, mas ao contrario, uma mesma história sempre que narrada, gera uma nova experiência ao narrador e ao público que a recebe, abrindo possibilidades à ação. “Metade da arte da narrativa está em evitar explicações(...). Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que já não existe na informação” (BENJAMIN, p. 203). Ela tem em sua composição básica o preceito de ser útil, de aconselhar, de propor um caminho a continuação da história. Dessa maneira a idéia da narrativa nos induz a questionar, como queremos continuar a escrever nossa História enquanto nação.

“Assim a memória é sempre criação de novos sentidos e não reprodução.” (ANSARA, p. 82)

A história oral tem se mostrado hábil a reconhecer discursos antes subterrâneos, que passam a produzir material a um processo de afirmação social capaz de trazer novas nuances a debates ainda complexos e de difícil ressonância na sociedade brasileira. Como bem aponta Rovai (p.111, 2013), esses indivíduos marcados como subversivos, antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental pela oposição aos regimes autoritários foram suprimidos em palavras e em existência. Na luta pela validação de memórias diferenciadas, contra os estereótipos criados e principalmente, para trazer a luz do corpo social os traumas sofridos, o testemunho desses que de alguma forma resistiram a opressão e foram silenciados, tenta abrir espaço para ganhar importância como denúncia, responsabilização e reparação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"As lembranças se adaptam ao nosso conjunto de percepções no presente" (HALBWACHS, 1990, p.29).

Longe de tirar a importância dos escritos de Halbwachs a respeito da memória coletiva, pretendemos fugir do anacronismo que seria o uso de suas teorias indiscriminadamente. Entendemos dessa forma, os questionamentos de Pollack (1989) sobre a coesão negociada e conciliatória entre indivíduo e grupo na produção de memórias, uma alternativa viável de se debruçar sobre seus argumentos, através de um olhar atualizado aos conflitos contemporâneos e ao excesso de carga informacional que se movimenta na



sociedade. Ele aponta o quão problemáticas podem ser, análises que sigam enxergando fatos sociais como coisas, e menciona uma mudança de perspectiva em que o construtivismo, realiza uma espécie de dissecação dos caminhos que levaram a formação dessas memórias, propondo um rompimento com o caráter estritamente uniformizador apresentado por Habwachs, mirando sua perspectiva para os conflitos entre as memórias.

A reavaliação aos conceitos apresentados por Habwachs é inerente a qualquer trabalho que tenha como matriz a sociedade contemporânea, considerando que os problemas sociais além de outros se manifestam por meios distintos, o que não questiona seu indiscutível legado, por além de ter cunhado o conceito de memória coletiva, ter apresentado as discussões sobre os quadros sociais da memória. Sua perspectiva a respeito da História é um exemplo disso, ao apontá-la como passado estagnado, em oposição à memória construída pelas experiências do presente, baseia sua teoria na historiografia produzida à época; com a ascensão de práticas e estudos como a história oral e o conseqüente uso da memória como fonte histórica, a História ganha novos matizes que não correspondem em nada ao congelamento de um passado sem força motriz.

Chegamos ao século XXI assumindo novas posturas no que diz respeito as relações produzidas no âmbito da memória. A globalização não apenas encurtou distâncias, mas transformou os referenciais. Como disserta Stuart Hall o conceito de identidade se vê em crise, “a identidade somente se torna uma questão, (...), quando algo que se supõe como fixo, corrente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (KOBERNA, apud HALL 2006, p.43). Cabe então, tentar entender qual o papel desse sujeito contemporâneo e de suas memórias, em um mundo que se movimenta cada vez mais rápido, alterando cenários sociais, que por sua vez modificam as identidades ao qual nos reconhecemos. Como lidar com a rigorosidade que exige a pesquisa em meio a tamanhas e intensas transformações?

É exatamente o desenrolar de processos como deslocamentos, exílios, catástrofes, que implicou a formulação deste novo gênero, ou seja, da busca de fundamentos desse novo campo, o da história oral testemunhal. [...] é preciso olhar situações ou de grupos em que o colaborador envolvido participou de forma traumática, como vítima, de alguma circunstância marcante. Não se fala apenas de casos políticos, pois há grupos que sofreram com terremotos, enchentes, pestes, enfim, situações que produziram traumas específicos. Mudanças do comportamento mnemônico em face de tragédias são importantes para a requalificação da identidade e, mais do que isso, do estabelecimento de políticas públicas (MEIHY, 2010).



Dentro da nova realidade que vai se desenhando em comissões da verdade e debates cada vez mais públicos, a História oral ganha um papel de destaque que ultrapassa qualquer excesso de zelo acadêmico, publicizando experiências e tornando-as integrantes de memórias que se coletivizam mais a cada dia. Trazendo Marc Bloch (1993) a nossa discussão: se fossemos antiquários só teríamos olhos para as coisas velhas. Mas somos historiadores, (pesquisadores e porque não exploradores). É por isso que amamos a vida, e na valorização desse sentimento é que nos permitimos ter acesso a toda afetividade presente nas fontes orais, nunca perdendo o senso crítico, mas não deixando de lado nossas paixões pois sem elas seríamos apenas reprodutores de ideias congeladas no tempo.

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva." (POLLACK, 1989, p.1)

O que tentamos enxergar nesse panorama, é que com as novas teias que foram sendo traçadas no âmbito da memória social, seria sensato entender análises usualmente excludentes umas as outras, em uma proposta de coexistência, ainda que em alguns momentos críticas entre si. A memória é tanto, impositiva, institucional e inscrita na sociedade por meio de mecanismos coercitivos, como pode ser aderida através do afetivo.

Retirar o caráter clandestino das memórias de um tempo sombrio significa recolocá-la no espaço público para as devidas providências, isto é, desclandestinizam-se para não serem esquecidas (...) (CASTRO, 2007, p. 141)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural, Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.



ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. 2ª edição. Curitiba, 2009

BENJAMIN, Walter. *O Narrador in Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas, V.1*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, s/d. Coleção Saber. 1993

BRISOLA E MARCONDES, A *História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos*, Revista de ciências humanas – Universidade de Taubaté Vol.4 N.1, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. **CIDADANIA NO BRASIL**

CUYA, Esteban. *Justiça de transição*, ACERVO Revista do Arquivo nacional, Rio de Janeiro v.24, n.1, Jan/Jun 2011

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Memória individual e memória coletiva*. In:____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

KOLKER, Tânia. *Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação*. In:____ *TORTURA*, (org.) Coordenação Geral de Combate à Tortura.

LaCapra, D., *Escribir la historia, escribir el trauma* (2005), trad. Elena Marengo, Nueva Visión, Buenos Aires, 2005

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista*. Revista História Agora, São Paulo, 2010.

MORAES, Nilson. In GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera, *O que é Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PPGMS-UNIRIO, 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

RUPERT, Sylvania. “Para reconciliar, É preciso esquecer?”: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In *Entre a memória e o Esquecimento, estudos sobre os 50 anos do golpe civil militar no Brasil*. Gallo, Carlos e Rubert, Sylvania (Org.) Porto Alegre, Ed. Deriva, 2014